

Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti
Pedro Dias de Oliveira Netto
(ORGANIZADORES)

Direito

Administrativo

Multifacetado

REFLEXÕES SOBRE O HOJE E O AMANHÃ

AUTORES

| | |
|---|--|
| Aline Monteiro de Aguiar | Gisele de Araújo Costa |
| Ana Heloísa Alencar Dantas | Jamille Raysa de Melo Santos |
| Bárbara Michele Negreiros Ramos | Juliana Evangelista Cavalcanti |
| Benjamin Cavalcanti de Farias Filho | Lays Rodrigues Cavalcanti de Lima |
| Catarinne Cristinne Torres de Oliveira | Manoella Varejão de Andrade |
| Cláudia Guerra Oliveira da Costa | Marcos Antônio Rios da Nóbrega |
| Cristiane da Silva Barbosa | Nadson Trindade Ramos |
| Débora Barbosa da Costa Pereira | Nestor Moreira Reis Bisneto |
| Diego Franco de Araújo Jurubeba | Paula Virgínia da Rocha Moreira |
| Enilson Medeiros dos Santos | Pedro Dias de Oliveira Netto |
| Eriverton Felipe de Souza | Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega |
| Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti | Valdeilma Yane de Oliveira Mateus |

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2021

Copyright © 2021 by Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti
Pedro Dias de Oliveira Netto

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livreria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livreria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

D598d

Direito administrativo multifacetado : reflexões sobre o hoje e o amanhã / organizadores : Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti, Pedro Dias de Oliveira Netto. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.
424 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-5510-559-9

1. Direito administrativo. 2. Administração pública. 3. Parceria Público-Privada (PPP). 4. Improbidade administrativa. 5. Agência reguladora. 6. Licitações. 7. Procedimento administrativo. 8. Precatório. I. Cavalcanti, Francisco de Queiroz Bezerra. II. Netto, Pedro Dias de Oliveira. III. Título.

CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

1193630

Sumário

Assimetrias de Informação na Nova Lei de Licitação e o Problema da Seleção Adversa 1

Marcos Antônio Rios da Nóbrega

Diego Franco de Araújo Jurubeba

| | |
|--|----|
| 1. Introdução | 1 |
| 2. Que nova lei poderemos ter?..... | 3 |
| 3. A licitação como mecanismo de revelação de informações | 5 |
| 4. A economia da informação..... | 7 |
| 4.1 Akerlof e o problema dos limões | 7 |
| 4.2 Um exemplo do mercado dos “limões” | 10 |
| 4.3 A nova lei de licitação e a tentativa de menores as assimetrias de informação | 18 |
| 5. Considerações finais | 24 |
| 6. Referências..... | 25 |

A Utilização da Criptocontratação na e pela Administração Pública: São os Smart Contracts um Novo Caminho para a Contratação Pública no Brasil? 27

Eriverton Felipe de Souza

| | |
|---|----|
| 1. Introdução | 27 |
| 2. O processo de contratação pública no Brasil: breves considerações..... | 29 |
| 2.1 Regime jurídico dos contratos administrativos | 31 |
| 2.1.1 O conceito de contrato administrativo | 31 |
| 2.1.2 As características dos contratos administrativos | 32 |
| 2.1.3 A formação e formalização dos contratos administrativos | 34 |
| 3. O que são as novas tecnologias disruptivas? | 37 |

| | |
|---|-----------|
| 3.1 O que é Blockchain? | 38 |
| 3.1.1 Quais são as características da Blockchain? | 40 |
| 3.2 O que são Smart Contracts (contratos inteligentes)?..... | 42 |
| 3.2.1 Vantagens e desvantagens dos Contratos Inteligentes..... | 45 |
| 4. Criptocontratação: conceito, características e considerações;..... | 47 |
| 5. É possível aplicar a Criptocontratação ao processo de contratação pública? | 50 |
| 6. Considerações finais | 56 |
| 7. Referências | 58 |
| Assimetrias entre Estado Regulador e Mercado Tecnológico..... | 63 |
| <i>Nestor Moreira Reis Bisneto</i> | |
| 1. Introdução | 63 |
| 2. O Estado regulador | 64 |
| 2.1 Estado regulador e tecnologias disruptivas..... | 66 |
| 2.2 A inovação demanda inovação..... | 70 |
| 2.3 Estado regulador e inovação no Brasil | 74 |
| 3. Considerações finais | 75 |
| 4. Referências..... | 76 |
| O Impacto do Surgimento das Novas Tecnologias Disruptivas nos Contratos de PPP em Infraestrutura | 79 |
| <i>Valdeilma Yane de Oliveira Mateus</i> | |
| 1. Introdução | 79 |
| 2. Contratos administrativos de infraestrutura pública..... | 81 |
| 2.1 Contratos de parceria público-privada (PPP) em infraestrutura | 82 |
| 3. O surgimento das novas tecnologias disruptivas..... | 84 |
| 3.1 As afetações das novas tecnologias na infraestrutura pública | 84 |
| 3.2 Casos práticos | 87 |

| | |
|-------------------------------|----|
| 4. Considerações finais | 88 |
| 5. Referências..... | 89 |

A Apropriação do Conceito de Risco dos Contratos de Parcerias pelos Contratos de Concessão de Serviço Público de Transporte de Passageiros 91

Cláudia Guerra Oliveira da Costa

Enilson Medeiros dos Santos

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 91 |
| 2. Risco em contratos de concessão de serviços públicos..... | 93 |
| 2.1 Os riscos inerentes à prestação de serviços públicos | 94 |
| 3. Distribuição dos riscos nas concessões de serviços públicos | 97 |
| 4. Gestão de riscos com uso da matriz de riscos da Lei das PPPs | 99 |
| 5. Gestão de concessões apropriando o conceito de risco da Lei das PPPs ... | 101 |
| 6. Considerações finais | 102 |
| 7. Referências | 102 |

O Reequilíbrio Econômico-Financeiro nos Contratos de Concessões e PPP 105

Manoella Varejão de Andrade

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 105 |
| 2. Noções de equilíbrio econômico-financeiro | 106 |
| 2.1 Delegação de serviços públicos..... | 108 |
| 2.2 Contratos administrativos: prerrogativas da Administração e garantias contratuais..... | 112 |
| 2.3 Revisão, reajuste e repactuação | 113 |
| 2.4 Repartição de riscos | 116 |
| 2.5 Teoria da imprevisão, fato do príncipe e fato da administração..... | 119 |
| 2.6 O estudo das áleas e a matriz de riscos | 121 |
| 3. Considerações finais | 123 |
| 4. Referências..... | 124 |

**A Regulação da Saúde no Brasil: o Controle Externo
do Tribunal de Contas da União nas Unidades do SUS
Geridas por Instituições Privadas 129**

Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 129 |
| 2. Regulação | 130 |
| 3. A regulação da saúde | 134 |
| 4. Os reguladores e a natureza do controle..... | 137 |
| 4.1 O SUS e a política nacional de regulação | 137 |
| 4.2 O controle externo do Tribunal de Contas da União..... | 140 |
| 5. Considerações finais | 145 |
| 6. Referências..... | 147 |

**Agências Reguladoras e o Controle Judicial Exercido frente a Práticas
Omissivas no Contexto Contemporâneo da Pandemia da Covid-19.....151**

Ana Heloísa Alencar Dantas

| | |
|--|-----|
| 1. Considerações iniciais | 151 |
| 2. Organização administrativa | 152 |
| 2.1 Características das agências reguladoras | 154 |
| 3. Sistemas de controle administrativo..... | 158 |
| 4. Controle da Administração Pública em relação ao órgão controlador | 161 |
| 5. O controle judicial exercido em face das omissões das agências reguladoras à luz de casos concretos..... | 163 |
| 5.1 Caso concreto 1 | 164 |
| 5.2 Caso concreto 2..... | 168 |
| 6. Considerações finais | 172 |
| 7. Referências | 173 |

O Desenvolvimento Econômico-Social e o Princípio da Legalidade e Eficiência no Âmbito das Contratações Públicas na Luta Contra a Pandemia da Covid-19..... 177

Catarinne Cristinne Torres de Oliveira

1. Introdução 177
2. Desenvolvimento econômico-social e a execução do Estado como agente desenvolvimentista..... 178
3. Noções gerais sobre licitação 182
4. Dicotomia entre o princípio da legalidade e eficiência 186
5. Contratações públicas na luta contra a pandemia da COVID-19 190
6. Considerações finais 195
7. Referências 196

O Controle dos Atos da Administração Pública em Tempos de Pandemia Diante da Supremacia do Direito à Vida..... 199

Bárbara Michele Negreiros Ramos

1. Introdução 199
2. Pandemia causada pela COVID-19 199
3. Controle da Administração Pública em tempos de pandemia 201
4. Considerações finais 205
5. Referências..... 206

A Decretação de Calamidade Pública Prevista na Lei de Responsabilidade Fiscal 209

Lays Rodrigues Cavalcanti de Lima

1. Introdução 209
2. Calamidade pública: conceito e aspectos jurídicos 210
 - 2.1 Calamidade pública na Constituição Federal de 1988 211

| | |
|---|-----|
| 3. O decreto de calamidade pública na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) | 213 |
| 4. Impactos da COVID-19 na Lei de Responsabilidade Fiscal..... | 215 |
| 5. Considerações finais | 217 |
| 6. Referências..... | 218 |

O Direito à Saúde no Sistema Axiológico Fundamental do Ordenamento Jurídico Brasileiro: a Problematização da Regulamentação e Utilização de Testes Sorológicos para Infecção pelo Novo Coronavírus (Covid – 19) ..219

Gisele de Araújo Costa

| | |
|-------------------------------|-----|
| 1. Introdução | 219 |
| 2. Desenvolvimento..... | 221 |
| 3. Considerações finais | 226 |
| 4. Referências..... | 227 |

A Legislação Anticorrupção e o Papel Elementar do Compliance nas Empresas231

Jamille Raysa de Melo Santos

| | |
|--|-----|
| 1. Introdução | 231 |
| 2. Compliance: conceito e origem | 232 |
| 3. Aspectos gerais da legislação anticorrupção no Brasil | 234 |
| 3.1 Normas federais e estaduais | 234 |
| 3.2 Pressupostos para a efetividade do programa de Compliance..... | 239 |
| 4. O papel do Compliance nas empresas..... | 242 |
| 5. Considerações finais | 245 |
| 6. Referências..... | 245 |

A Indisponibilidade de Bens como Medida Cautelar nas Ações por Improbidade Administrativa 249

Aline Monteiro de Aguiar

- 1. Introdução 249
- 2. Desenvolvimento..... 250
- 3. Considerações finais 255
- 4. Referências..... 256

Novo Decreto do Pregão Eletrônico: Decreto nº 10.024/2019 257

Cristiane da Silva Barbosa..... 257

- 1. Introdução 257
 - 1.1 Da obrigatoriedade do pregão na forma eletrônica 258
 - 1.2 Formas de realização do pregão eletrônico..... 260
- 2. Adoção para bens e serviços comuns, inclusive de engenharia..... 260
 - 2.1 Designação e atribuições do pregoeiro e da equipe de apoio 262
 - 2.2 Decreto nº 10.024/19 e suas características e inovações..... 262
- 3. Considerações finais 268
- 4. Referências..... 268

Poder Discricionário: os Conceitos Jurídicos Indeterminados e o Controle Jurisdicional da Discricionariedade Técnica 271

Juliana Evangelista Cavalcanti

- 1. Introdução 271
- 2. Poder discricionário..... 272
- 3. Discricionariedade administrativa e discricionariedade técnica 274
- 4. Teoria dos conceitos jurídicos indeterminados 275
- 5. Controle jurisdicional da discricionariedade técnica e da delimitação dos conceitos jurídicos indeterminados 277
- 6. Conclusão 282
- 7. Referências 284

A (Im)Prescritibilidade das Ações de Ressarcimento ao Erário Fundadas em Ato Doloso de Improbidade Administrativa: uma Análise do Julgado do RE 852.475/SP 289

Nadson Trindade Ramos

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 289 |
| 2. A improbidade administrativa e suas sanções..... | 290 |
| 3. A divergência dos ministros do Supremo Tribunal Federal e a decisão da Corte | 293 |
| 4. Considerações finais | 304 |
| 5. Referências..... | 306 |

O Termo de Ajuste de Gestão como Modelo Contratualizado de Controle no Tribunal de Contas de Pernambuco..... 309

Paula Virgínia da Rocha Moreira..... 309

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 309 |
| 2. Controle da Administração Pública e atuação do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco | 310 |
| 2.1 Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco e os seus processos de controle..... | 312 |
| 3. Semelhanças e diferenças entre a legislação processual civil e criminal e os processos de controle | 315 |
| 3.1 Termo de Ajustamento de Conduta | 316 |
| 4. Termo de Ajuste de Gestão | 318 |
| 4.1 O Termo de Ajuste de Gestão no Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco | 320 |
| 5. Considerações finais | 322 |
| 6. Referências..... | 324 |

**Nulidade de Ato Administrativo por Agência Reguladora:
o Caso da Inconstitucionalidade da Lei Nº 13.703/2018 que
Instituiu a “Política Nacional de Pisos Mínimos do Transporte
Rodoviário de Cargas” e a Consequente Nulidade do Ato da
ANTT dela Decorrente que Resultou na Resolução 5.820/2018 327**

Débora Barbosa da Costa Pereira

| | |
|---|-----|
| 1. Agências reguladoras em seu contexto concepcional | 327 |
| 2. Aspectos essenciais às agências reguladoras | 330 |
| 3. Breve noção de ato administrativo | 332 |
| 4. Atos administrativos passíveis de nulidade..... | 333 |
| 5. A inconstitucionalidade da lei nº 13.703/2018..... | 335 |
| 6. A afronta infraconstitucional da resolução nº 5.820/2018 da ANTT | 340 |
| 7. Referências..... | 343 |

**A Responsabilidade Civil do Estado por Ato
de Policial Militar de Folga ou de Férias 345**

Benjamin Cavalcanti de Farias Filho

| | |
|---|-----|
| 1. Introdução | 345 |
| 2. Desenvolvimento..... | 348 |
| 2.1 A responsabilidade civil do Estado | 348 |
| 2.2 A Polícia Militar | 352 |
| 2.3 Danos cometidos por Policial Militar de folga ou de férias..... | 355 |
| 2.3.1 Quando o Policial Militar se identifica como policial, age em virtude da condição inerente ao cargo ou se aproveita do cargo para causar o dano | 356 |
| 2.3.2 Quando o Policial Militar usa a arma da corporação..... | 357 |
| 2.3.3 Quando o Policial Militar usa a farda da polícia, desde que se aproveite desta aparência para praticar o ato lesivo a particular | 358 |
| 3. Considerações finais | 359 |
| 4. Referências..... | 361 |

**Execução Contra a Fazenda Pública: os Precatórios Judiciais,
algumas Peculiaridades Relevantes..... 363**

Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti

1. Da natureza jurídica do Precatório como título público abstrato..... 363
2. Desvinculação da origem da dívida 371
3. Dedução de honorários advocatícios (possibilidade) 375
4. Considerações finais 380
5. Referências..... 383

**Procedimentos Democráticos de Participação Social
na Tomada de Decisões da Administração Pública 385**

Pedro Dias de Oliveira Netto 385

1. Introdução 385
2. Aspectos essenciais à noção de procedimento..... 386
3. Procedimento administrativo e participação social..... 392
4. O Direito Alemão sob a perspectiva do
procedimento administrativo participativo..... 398
5. Considerações finais 403
6. Referências..... 405